

Fernando Molica

A guerrilha urbana que prosperou

Justiça seja feita aos traficantes e milicianos que infestam e ameaçam implodir o país: eles põem no chinelo a atuação dos grupos radicais de esquerda que, durante a ditadura, tentaram implantar focos guerrilheiros no país.

Tais organizações jamais conseguiram dominar fatias do território nacional, nem mesmo bloquear com ônibus importantes vias de cidades como o Rio de Janeiro.

As ações mais visíveis desses grupos, como assaltos a bancos e roubos de armas e explosivos, não se constituíram em atos de guerra, mas de levantamento de fundos e de material para futuras batalhas. Os sequestros de diplomatas tinham o objetivo de libertar presos políticos submetidos à tortura.

A guerrilha do Araguaia foi sufocada ainda em sua fase embrionária. Tropas do Exército não economizaram na hora de matar e sequestrar integrantes do PCdoB e moradores da região, acusados de colaborar com os guerrilheiros — as vítimas locais não tinham a menor ideia de

que os “paulistas”, como eram chamados, tinham ido fazer por lá.

Não vale dizer que a democracia e o respeito aos direitos humanos impedem que a polícia de hoje faça o mesmo trabalho sujo dos militares nos anos 1960 e 1970. Como ressalta o jornalista Elio Gaspari, durante a ditadura, as Forças Armadas copiaram a brutalidade do aparelho policial brasileiro.

A resiliência e o crescimento das mais variadas quadrilhas e organizações criminosas entre nós reforçam que a violência de agentes do Estado não é eficaz no combate aos tantos bandidos que agem em nosso país.

É mais razoável apostar em outro caminho: os que pegaram em armas para lutar contra a ditadura e implantar o socialismo pela via revolucionária eram adversários dos que controlavam o Estado. Representavam uma ameaça aos militares e aos seus cúmplices civis, como os empresários que financiaram a expansão da rede de torturas.

Já os traficantes e milicianos de hoje — para ficarmos em ape-

nas duas das especialidades criminosas — atuam em colaboração com integrantes do Estado, não apenas policiais. Seria impossível que conquistassem tanta força, que acumulassem tantas armas e amealhassem tanto dinheiro sem a cumplicidade de representantes do poder convencional.

O suborno de um policial de rua é apenas a face visível e menor de esquemas grandiosos que corrompem a estrutura institucional brasileira. A implantação das UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) em favelas cariocas provou o óbvio: o Estado era mais do que capaz de retomar territórios dominados por traficantes. Para isso sequer houve necessidade de grandes tiroteiros, bastava aplicar o conceito da dissuasão.

O projeto das UPPs acabou perdido pelo viés político-eleitoral e pelo renovado compromisso do Brasil com a exclusão social e pela tradicional parceria com o crime — é sempre relevante lembrar que muitas das grandes fortunas de nosso país foram formadas pelo tráfico de escravizados.

A atuação dos bicheiros, em

particular, os do Rio, chega a ser caricatural, tamanho seu caráter didático na exposição de como o crime se infiltrou no Estado e tomou muitas de suas rédeas.

Em torno de algo lúdico e popular, foi criada uma rede de cumplicidade que corroeu boa parte da polícia, que naturalizou a corrupção, que se consolidou nos três poderes e criou laços com a iniciativa privada. Não se pode folclorizar uma atividade que, desde o início, promove incontáveis homicídios na dissuta pelo poder.

O Brasil corre o risco de, em pouco tempo, virar uma grande Nilópolis, cidade da Baixada Fluminense onde, desde os anos 1970, integrantes ou representantes da família do bicheiro Aniz Abrão David, o Anísio da Beija-Flor, praticamente se revezam no comando da prefeitura.

Não por acaso, o chefe do clã e outros integrantes da chamada cúpula da contravenção foram defensores e parceiros da ditadura — integram, desde então, um núcleo da guerrilha que vem dando certo.

EDITORIAL

O famoso ‘jeitinho brasileiro’

Quem nunca ouviu falar no tal ‘jeitinho brasileiro’? A capacidade de “se virar” perante uma situação complicada, mas... Que só o brasileiro sabe como sair dela. Geralmente, sem qualquer tipo de planejamento e absolutamente na base da improvisação.

Fato é que o jeito brasileiro, seja para o bem ou para o mal, é intrínseco à sociedade brasileira. No entanto, é válido ressaltar que nem sempre esta prática reflete o ideal de sociedade que deveríamos estar empenhados para construir. E aqui não se trata de utopia. E sim de valores indispensáveis para a construção de um país justo e minimamente capaz de proporcionar maior qualidade de vida à população.

É impossível não tratarmos de uma mudança estrutural de conceitos, uma ruptura de paradigmas que hoje se norteiam na base de uma “malandragem” nociva, que desvirtua o país e faz com que tenhamos uma classe política (com honrosas exceções) que reflete o comportamento da maioria do eleitorado.

O pleito eleitoral do dia 06 de outubro, com inúmeros relatos e denúncias de compra

de votos, sinaliza que há décadas, uma parcela considerável dos cidadãos vem colocando em prática o tal ‘jeitinho’, até na hora de votar. Já está um exemplo de que o jeito brasileiro pode despertar uma esperteza momentânea, em que o eleitor leva determinada quantia em dinheiro para votar em um candidato específico. Mas a dita “esperteza” é tão logo passageira, pois serão 4 anos de sofrimento para os que se julgaram tão espertos. Venderam o voto, e não terão moral e credibilidade para cobrar melhorias para a região em que vivem.

A boa malandragem não pode prejudicar a si próprio e muito menos o coletivo. Quem vende o voto, na verdade paga de “mané”, considerando os prejuízos que terá através da condução de administradores públicos irresponsáveis e incompetentes, além de desonestos. Igualmente um poder Legislativo omissivo, inerte e complacente com os atos escabrosos do Executivo.

O jeito que precisamos aprender (e aí sim seremos espertos), é o da empatia. É a capacidade em se colocar no lugar do outro e pensar não no próprio umbigo, mas na coletividade.

André Naves*

Por uma política econômica inclusiva!

O Brasil é um país de potencial extraordinário. Sua vasta extensão territorial o posiciona como uma das nações mais ricas em recursos naturais do mundo, abrigando diversos biomas, entre eles, a Amazônia e a chamada Amazônia Azul, que correspondem ao mar territorial do país, com sua imensa biodiversidade.

Essa riqueza natural proporciona uma base sólida para o desenvolvimento bioeconômico, criando um ambiente favorável para inovações científicas e tecnológicas. Além disso, a imensa população brasileira, somada à alta disposição para o consumo, torna o mercado interno uma força de atração para investimentos, com potencial para alavancar a economia nacional.

Um ponto de destaque é a compatibilidade da população brasileira com as novas tecnologias. Historicamente, o Brasil tem demonstrado uma capacidade impressionante de rápida adaptação às inovações tecnológicas, como visto no uso massivo de smartphones, serviços financeiros digitais, e-commerce, e o crescente interesse pela inteligência artificial e automação.

Não por acaso, cientistas brasileiros estão frequentemente presentes nas equipes que desenvolvem importantes inovações globais, desempenhando papéis de destaque devido à criatividade latente e à capacidade de solução de problemas que os caracteriza. Esse ambiente favorável à inovação e ao consumo, somado aos recursos naturais pujantes, posiciona o Brasil como um destino

atraente para investimentos internacionais em um cenário geopolítico em transformação.

Fenômenos como o “friendlyshoring”, em que indústrias buscam países ideologicamente alinhados, o “nearshoring”, que prioriza nações próximas dos principais mercados consumidores, e o “powershoring”, que beneficia países com fontes abundantes de energia renovável, fazem do Brasil uma peça central na nova configuração global de investimentos.

O país não apenas atende a esses requisitos, como também oferece uma posição geográfica estratégica, recursos energéticos renováveis em abundância e um ambiente ideológico estável, quando comparado a outros países emergentes. Contudo, o Brasil enfrenta contradições sociais profundas, que exigem um olhar atento para o desenvolvimento inclusivo. Os déficits em áreas fundamentais, como educação, saneamento básico, saúde, qualificação do mercado de trabalho e inovação tecnológica, revelam a necessidade urgente de investimentos públicos robustos, que podem – e devem – ser realizados em conjunto com a iniciativa privada.

Um desenvolvimento inclusivo exige políticas econômicas que estejam alinhadas com a superação dessas disparidades, garantindo que o crescimento econômico esteja acompanhado pela melhoria da qualidade de vida da população e pela criação de uma sociedade mais justa e equitativa.

Esses investimentos inclusivos devem, no entanto, ser contextualizados em um cenário

macroeconômico que leve em consideração as particularidades do Brasil. Comparar o país com outras economias emergentes sem atentar para suas especificidades, como sua vasta riqueza natural, potencial de mercado e inovação, é inadequado. Como exemplo, sempre que se analisam as taxas de endividamento em relação ao PIB, o que realmente importa não é a taxa em si, mas sim a capacidade de rolagem dessa dívida ao longo do tempo.

O Brasil, com seus vastos recursos e potencial econômico, possui uma margem maior para sustentar níveis de endividamento mais elevados, desde que o ambiente econômico seja favorável ao crescimento e ao investimento. No entanto, as taxas de juros elevadas sufocam a livre iniciativa e desestimulam os investimentos, principalmente aqueles de natureza inclusiva, que são essenciais para reverter os déficits sociais.

O parque industrial brasileiro, que já sofre com a obsolescência, é ainda mais prejudicado por um ambiente de juros altos, o que mantém o Núcleo de Utilização da Capacidade Instalada (NUCI) em níveis baixos. O NUCI mede o quanto da capacidade produtiva de uma economia está sendo efetivamente utilizada. Quando está baixo, significa que a produção está aquém de seu potencial, refletindo uma economia desacelerada e um mercado de trabalho precarizado.

Juros mais baixos, por outro lado, facilitam a realização de investimentos que visam incluir socialmente as populações marginalizadas e revitalizar setores

estratégicos da economia. No médio prazo, essa política levará a um ciclo virtuoso de desenvolvimento econômico e social.

A queda sustentada da inflação, a maior produtividade do mercado de trabalho e o aumento das inovações econômicas e sociais são apenas alguns dos benefícios que podem emergir desse processo. Além disso, uma maior inclusão econômica e social tende a reduzir a conflitualidade social, fortalecendo estruturas sociais sustentáveis, justas e inclusivas.

Portanto, uma política econômica inclusiva, focada em investimentos estratégicos em áreas-chave, pode transformar o Brasil em uma potência global, não apenas em termos econômicos, mas também como sociedade mais justa e igualitária.

O país, com sua combinação única de recursos naturais, população vibrante e disposição para a inovação, está pronto para desempenhar um papel de liderança em um mundo cada vez mais interconectado. Para isso, é necessário um ambiente econômico que favoreça a livre iniciativa e os valores sociais do trabalho, promova investimentos inclusivos e, acima de tudo, ofereça um caminho para o desenvolvimento sustentável e equitativo.

***Defensor Público Federal, especialista em Direitos Humanos, Inclusão Social e Economia Política. Escritor, professor, ganhador do Prêmio Best Seller pelo livro “Caminho - a Beleza é Enxergar”, da Editora UICLAP (@andrenaves.def).**

48ª Mostra SP promete ser histórica

A 48ª Mostra Internacional de Cinema em São Paulo começou nesta quinta-feira (17) e promete ser uma das mais agitadas de todos os tempos. A começar pela sessão de encerramento, que marcará a estreia de um dos filmes mais polêmicos do ano, o remake de Megalopolis, dirigido por Francis Ford Coppola. Mais do que isso, o próprio diretor, considerado uma lenda viva do cinema mundial - responsável por filmes como ‘O Poderoso Chefão’ e ‘Apocalypse Now’ - marcará presença e será homenageado na Mostra.

Mas o grande destaque mesmo é o lançamento de ‘Ainda Estou Aqui’, o filme nacional que foi ovacionado no exterior e está sendo fortemente cotado para figurar em algumas categorias do Oscar, podendo até mesmo trazer o primeiro troféu da maior premiação do cinema para o Brasil.

Estrelado por Fernanda Torres e dirigido por Walter Salles, o filme conta a história de Eunice Paiva e sua família em meio à Ditadura Militar, que assassinou seu marido, Rubens Paiva.

Há também filmes estrangeiros que devem despontar nas principais cerimônias de premiação da temporada, como é o caso de ‘Anora’. As sessões para o novo filme de Sean Baker, que conta uma história que lembra uma adaptação de ‘Uma Linda Mulher’, mas com a frieza da geração atual, estão com os ingressos disputadíssimos, dada a excelente - e justificada - repercussão que teve lá fora. Inclusive, quem não conseguir assistir na Mostra, terá de esperar até janeiro de 2025.

Enfim, é uma edição muito especial que promete entrar para a história da Mostra SP como uma das maiores celebrações ao cinema no Brasil.

Opinião do leitor

Exoneração em Queimados (RJ)

Vergonhoso ver um secretário municipal ser preso em flagrante por abusar de uma menor dentro de uma vila olímpica. É um escárnio total! Agora até quando este sujeito permanecerá preso (se é que continua)?

João Félix dos Santos
Rio de Janeiro - Rio de Janeiro

O CORREIO SUL FLUMINENSE NA HISTÓRIA

Reprodução/Pinterest



Eira, beira e tribeira

‘SEM EIRA NEM BEIRA’

No século XIX, durante o auge do ciclo do café, os telhados das casas e fazendas do Vale do Café eram verdadeiros indicadores sociais. As expressões “eira, beira e tribeira” iam além de simples elementos arquitetônicos: mostravam o status de seus proprietários. A “eira” (do latim area) era um espaço para

secagem de cereais, presente em propriedades que indicavam riqueza. Já a “beira” protegia contra a chuva, enquanto a “tribeira” adornava as construções mais nobres. Quem possuía apenas eira era visto como pobre; os que tinham eira e beira estavam em uma “classe média” da época; e aqueles com eira,

beira e tribeira eram os ricos, o que indicava o seu prestígio. Essas características nos telhados eram um reflexo claro das hierarquias sociais e econômicas daquele período, mostrando como a arquitetura podia representar o poder e a importância de cada família na sociedade cafeeira.

Correio Sul Fluminense

Uma publicação do Correio da Manhã

Direção Executiva: Marcos Salles (Presidente)
comercial.grupocorreiodamanha@gmail.com
Bruno Portella (Diretor)
Rodrigo Magnavita (Diretor)

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)
redacao@jornalcorreiodamanha.com.br

Redação: Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Sonia Paes (editora), Luana Motta, Pedro Sobreiro, Rafael Lima e equipe TVC

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação)
Leo Delfino (Editor)

Telefones (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

Whatsapp: (21) 97948-0452

Volta Redonda: Av. Paulo de Frontin, 590- sala 1306 - CEP 27213-270

Bairro Aterrado - Volta Redonda - RJ

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520

CEP: 22775-057

www.correiosulfluminense.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.